



# Anais da Assembleia

Nº 006

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 1992  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Hermas Brandão, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Dalton Machuca, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, José Alves, Mário Bezerra, Nilton Barbosa e Rafael Greca de Macedo. (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFICIO 008/92

Senhor Presidente.

Impossibilitado de comparecer às Sessões Plenárias desta Casa de Leis, nos dias: 25, 26 e 27 de fevereiro e nos dias

04, 05 e 06 de março do corrente ano, em virtude de estar em viagem à América do Norte, para gestões diplomáticas e financeiras junto ao empresariado local, venho na forma regimental, solicitar a Vossa Excelência que se digne determinar que sejam abonadas minhas faltas às Sessões Plenárias supra mencionadas.

Certo da Vossa atenção, aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) CLEITON KIELSE

OFICIO 10/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares do dia 24 de fevereiro do ano corrente, tendo em vista compromissos assumidos na Região e que exigem minha presença.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência as minhas sinceras saudações

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) MARIO BEZERRA

OFICIO 21/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que, devido a compromissos inadiáveis assumidos na região de meu eleitorado, vejo-me impossibilitado de estar presente aos trabalhos parlamentares deste dia 24 de fevereiro.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar meus sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões em 24.02.92.

(a) ARLINDO TROIAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 03/92, oriunda da Mensagem n. 01/92, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, o imóvel que especifica de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Turismo desta Assembléia Legislativa, e no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a realização de reunião na EMBRATUR, em Brasília, no dia 25 de fevereiro do corrente, onde participarão o Presidente da Entidade, Secretário de Estado do Turismo do Paraná, Presidente Nacional da ABAV-PR, Presidente da CONFOZTUR, e representante da Bancada na Câmara Federal e Senado, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja designado oficialmente por este Poder para participar do evento, e ressarcido das despesas inerentes à missão, conforme disposto no Art. 61, Parágrafo Único, do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado em ata voto de profundo pesar pelo falecimento da ex-Deputada pernambucana CRISTINA TAVARES ocorrido em 23.02.92, em Houston, EUA.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) TADEU LÓCIO MACHADO

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserida nos anais desta Sessão, um Voto de Congratulações ao eminente Empresário paranaense Dr. JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, pela investidura na Presidência da Federação Nacional de Seguros Privados - FENASEG.

Trata-se da primeira vez que a entidade nacional representativa do mercado segurador tem um presidente escolhido fora do eixo Rio/São Paulo, o que comprova o alto merecimento do Dr. João Elísio; já sobejamente conhecido de todos os paranaenses, onde Sua Excelência foi sucessivamente Deputado Estadual, Secretário de Estado, Vice-Governador e Governador do Estado, com atuação sempre marcada pela proficiência administrativa, rigorosa probidade e amplas realizações em favor do bem público.

Requer mais que da manifestação desta Casa Representativa seja dada ciência ao ilustre homenageado e à entidade que passa a presidir, com os votos de feliz desempenho em nome do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.02.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia do pronunciamento desta determinada data, ao Dr. Sérgio Prosdócimo, da Refrigeração Paraná, Grupo REFRIPAR.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 068

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 302/91, que cria o Parque Estadual Saint-Hilaire e dá outras providências.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 302/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso V, combinado com o Art. 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, de forma que a mencionada instituição proceda à apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

REQUERIMENTO Nº 069

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto à Coordenação da Região Metropolitana - COMEC, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 107/91, que institui a Região Metropolitana de Curitiba e dá outras providências.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 107/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XIII, combinado com o Art. 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Coordenação da Região Metropolitana - COMEC, de forma que a mencionada instituição proceda à apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, voto de louvor ao excelente trabalho realizado pelo Tenente-Coronel, QOPM Luiz Eduardo Hunzicker à frente do Batalhão Metropolitano da Polícia Militar durante o ano de 1991.

Requer, outrossim, o envio de correspondência comunicando a concessão do já citado voto de louvor ao excelentíssimo Sr. Governador em exercício do Estado do Paraná, Sr. Mário Pereira; ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, Sr. José Moacir Favetti; ao Excelentíssimo Sr. Chefe da Casa Civil, Sr. Caíto Quintana e ao Comandante da Polícia Militar, Sr. Coronel QOPM Miguel Arcanjo Capriotti, assim também para o Comandante Chefe da Casa Militar, Sr. Wantuil Borges.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento: Carlos Simões, Erondy Silvério e Domingos Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A partir da assunção do Tenente-Coronel QOPM Luiz Eduardo Hunzicker ao Batalhão Metropolitano da Polícia Militar a doutrina do trabalho foi pautada no esforço da integração com as comunidades, visando prioritariamente fazer uma boa Polícia Militar, adotando como diretrizes, as seguintes:

1. Fazer com que o próprio PM acredite na utilidade e importância do seu trabalho, criando alternativas adequadas às condições de recursos humanos e materiais.

2. Através da integração com as comunidades, da mudança na mentalidade interna e dos comportamentos e atitudes valorizadas pela dignidade profissional, fazer com que a comunidade acredite no trabalho da Polícia Militar.

3. Motivar as autoridades a investir na Polícia Militar do Município em termos de instalações físicas, viaturas, motos e reconhecimento pelo trabalho.

Convém salientar o trabalho desenvolvido pelo já citado Tenente-Coronel no ano de 1991; fortalecimento doutrinário-institucional; melhoramento das instalações físicas; reequipamento PM; operacionalidade; motivação comunitária; valorização profissional.

Vale destacar ainda o relacionamento com os prefeitos municipais, os quais não apenas passaram a se preocupar, mas sim a se interessar pela Segurança Pública, não medindo esforços para a manutenção do que já existe em termos de recursos materiais e viaturas, como também, evoluindo na aquisição destes equipamentos para melhoria da produtividade da Polícia Militar, além da melhora da moral da PM junto às

comunidades municipais no atendimento às necessidades na área de segurança e assistência, proporcionando maior comodidade aos munícipes da região metropolitana, destacando o empenho do Tenente-Coronel à frente deste Batalhão, na continuidade do trabalho executado em 1991.

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, reiterando pedido para a criação da Comarca de Mandirituba, município da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Em 24 de abril de 1991, a nosso pedido, esta Assembléia Legislativa já pleiteava, junto ao egrégio Tribunal de Justiça, a criação da nova Comarca. Agora, o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, vem em abono da proposta, fornecendo argumentos ainda mais relevantes para a elevação de Mandirituba à categoria de Comarca.

Com efeito, os números apurados revelaram que foi esse o município paranaense que mais cresceu na década pesquisada. A mesma fonte verificou, ainda, que Mandirituba também figura como o sétimo município em crescimento, no Brasil.

Assim, reiteramos o pedido de criação da nova comarca, certos de que nosso egrégio Tribunal fará justiça ao importante centro da Região Metropolitana de Curitiba, acolhendo aspiração legítima de sua população.

Cumpré, igualmente, ressaltar que a criação da referida Comarca eliminará os transtornos que hoje afligem Mandirituba, em virtude da longa distância que sua população se vê obrigada a vencer para chegar à atual sede da comarca, situada em São José dos Pinhais, a mais de 55 quilômetros. E note-se que Mandirituba tem mais de 38 mil habitantes uma população superior à de 110 das comarcas existentes.

O acolhimento da reivindicação ainda concorreria para descongestionar o foro de São José dos Pinhais, reduzindo em muito seu número de feitos.

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, reiterando pedido

para a criação da Comarca de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme os números do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Quitandinha é hoje um movimentado centro urbano da região metropolitana de Curitiba, com 14.422 habitantes. A população do município é superior a de muitas comarcas do Estado e atualmente está sujeita ao injusto sacrifício de longos deslocamentos para chegar à sua sede de comarca que fica em Rio Negro, distante muitos quilômetros.

Além da sede do município, a criação da Comarca de Quitandinha beneficiaria grande número de localidades, como Rio Vermelho, Rio do Poço, São João, Campina, Pangaré, Lagoa Verde, São Gabriel, Limas, Mosquito, Doce Fino, Doce Grande, Mato Grande, Campestre e Cachoeira.

Em 24.04.91, a nosso pedido, esta Assembleia Legislativa aprovou e encaminhou ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, requerimento que agora desejamos reiterar, na oportunidade da divulgação dos dados do Censo, encarecendo mais uma vez a importância da criação da referida comarca, por ser medida de inteira e evidente justiça.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 026/92

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o "S.O.S. de ARAPONGAS", com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O S.O.S. DE ARAPONGAS, é uma sociedade civil, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, tem como finalidade, promover o bem estar individual ou da família, considerada como um todo, sem distinção políticas, religiosas ou sociais, prestando assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física.

Dentro de seus objetivos, combater a mendicância e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas, conjugar esforços para a solução dos problemas comunitários, estimulando a criação de obras sociais que atinjam setores da comunidade carentes de recursos, apoiar as demais instituições sociais, estimulando-as ado-

tarem programas planejados e coordenados, para melhor e maior prestação de serviços a comunidade.

Por ser uma entidade voltada aos anseios da população carente, é justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, pelos nobres Pares da Casa.

PROJETO DE LEI N° 027/92

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Espírita de Umbanda "São Jorge", com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita de Umbanda "São Jorge", é uma sociedade civil de finalidade religiosa, filantrópica e cultural, com personalidade jurídica, seu número é ilimitado de irmãos, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo e posição social.

A prática da caridade em todas as suas modalidades, espiritual, moral, material, por todos os meios em seu alcance, é prioridade da sociedade colaborar nos esforços de confraternização universal, pela união de todos os seres humanos, considerando irmãos os seres da criação, ante a paternidade única de Deus.

O Centro realiza palestras na área de saúde com profissionais especializados.

Diante do trabalho desenvolvido pelo Centro Espírita de Umbanda "São Jorge" é justo que seja reconhecido como Utilidade Pública, pelos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 028/92

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DE ROLÂNDIA, com sede e foro naquela cidade de Rolândia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública constitui entidade civil, sem fins lucrativos, com

finalidade perfeitamente identificada nos seus estatutos.

Povo sem cultura, sem respeito ao seu patrimônio histórico-cultural e ambiental é povo sem perspectiva de futuro.

A preocupação da entidade em tela está voltada para estes requisitos que constituem, sem sombra de dúvida, importante parcela no desenvolvimento social de uma comunidade.

No ano em que o Brasil sediará a ECO 92, tratando do tema ecológico, motivo de preocupação mundial, é necessária a contribuição do Poder Legislativo no estímulo ao surgimento de entidades com preocupação voltada a tais temáticas, razão pela qual contamos com a aprovação desta Casa para a presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 029/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS QUERÊNCIA DOS PIONEIROS DE ROLÂNDIA, com sede e foro na cidade de Rolândia, PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A cultura gaúcha, de traço marcantemente nacionalista, firma raízes em todos os recantos do território nacional.

O CTG Querência dos Pioneiros, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Rolândia, Estado do Paraná, tem perfeito enquadramento nas exigências contidas na Lei n. 6.994, de 10.01.78, que regulamenta a intenção de declaração de Utilidade Pública, razão pela qual contamos com o apoio do Plenário desta Casa para sua consecução.

#### PROJETO DE LEI Nº 30/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o INSTITUTO APOSTOLO SÃO PAULO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAPONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Apóstolo São Paulo de Assistência Social de Arapongas, tem como finalidade e objetivo a assistência social aos carentes de recursos como alimentação, assistência médica e medicamentos, orientação e encaminhamento dos associados visando sempre a promoção humana, buscando amenizar o problema social das famílias carentes, distribui só no 1º semestre de 1991, 158 cestas básicas.

O referido promove cursos de corte e costura, pintura e cursos técnicos profissionalizantes e outros, onde toda diretoria e todo pessoal associado prestam serviços voluntários sem fins lucrativos, e todo patrimônio de que lhe advir, será para o seu desenvolvimento.

Uma vez que o Instituto Apóstolo São Paulo de Assistência Social de Arapongas possa cumprir o seu papel social, é justo que seja reconhecida como Utilidade Pública, pelos nobres Pares desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 31/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ESCOLA BATISTA DE CURITIBA, Ensino de Prê-Escola e 1º Grau, com sede e foro na cidade de Curitiba/PR, na Avenida Silva Jardim, 1859.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Levando-se em conta o baixo nível de ensino em nosso País, notadamente quando existe descontentamento por parte dos professores em relação aos salários e, também, por parte dos senhores pais que reclamam das altas mensalidades cobradas por estabelecimentos de ensino particulares; levando-se em conta, também, que as escolas municipais e estaduais estão com as vagas tomadas é de se esperar que entidades como a Convenção Batista Paranaense através da Escola Batista de Curitiba, se proponha a realizar uma nobre tarefa: a de ministrar ensino pedagógico, além de educar e difundir cultura física, moral e cívica a seus alunos.

Os nobres propósitos da Junta de Educação da Escola Batista de Curitiba propicia-lhe credencial para que seja reconhecida como uma Instituição de Utilidade Pública, visto que presta serviços à comunidade, justamente no importante setor de ensino escolar que ainda, apesar dos esforços de nossas autoridades, não atingiu ainda o nível ideal de espaço e qualidade

para suprir as reais necessidades de nossa população infantil em fase escolar.

Assim, pedimos aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, que digne aprovar o presente projeto, dando condições para que a Escola Batista de Curitiba continue com sua nobre missão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente com a palavra o Senhor Deputado Cleiton Crisóstomo.

O SR. CLEITON CRISOSTOMO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Subo hoje a esta tribuna, para reverenciar a memória de um dos mais ilustres brasileiros, há pouco desaparecido, que foi um líder e acima de tudo um grande brasileiro.

Foi uma das figuras mais controversas da política brasileira de todos os tempos. Chegou a quase todos os postos da vida pública: Vereador, Prefeito, Deputado Federal, pelo Paraná e Presidente da República, tudo isto num curto espaço de tempo, de 13 anos.

Professor e advogado, começou sua carreira política em 1947, quando se elegeu Vereador em São Paulo. Em 1950 chegou a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, como Deputado mais votado; em 1952, foi eleito Prefeito da Capital Paulista, pela primeira vez; em 1954 tornou-se Governador Paulista. Em 1958 é eleito pelo Paraná Deputado Federal, sendo o Paraná estado em que o futuro Presidente da República residiu durante anos de sua infância e juventude. Entre 1925 e 1927 cursou do 2º ao 4º ano primário no grupo escolar Conselheiro Zacarias, em Curitiba. De 1928 a 1930 cursou o Ginásio no Colégio e Internato Paranaense. Tornou-se em 1960, quando se elegeu Presidente da República, o 1º e até agora o único político que teve mandato pelo Paraná a alcançar o posto de supremo mandatário da Nação.

Esta eleição a Deputado Federal pelo Paraná o consagrou como o mais votado de todos os tempos até a época com 78.810 votos, demonstrando o amor que nosso povo sentia por este que era considerado o mais ilustre de seus filhos, apesar de aqui não ter nascido, onde viveu a fase de desenvolvimento moral e intelectual.

Era sobretudo um homem do povo, que sabia falar a língua do povo, sentia, por ter sido um menino pobre, as necessidades prementes que a este povo afligia. Carismático, dono de uma das mais particulares personalidades, o mesmo que voou mais de 500 horas durante sua campanha presidencial, recebeu o prêmio de revelação do ano do Clube dos Comentaristas de Disco, pelo rock balada "Convite do Amor" que compôs

em parceria com Rossini Pinto.

Discutido, amado por muitos, odiado por outros não há quem possa se manter distante e alheio à personalidade tão marcante e que tanto influenciou na vida brasileira, ou como acredita Leôncio Martins Rodrigues: foi o 1º a perceber a disponibilidade política de um eleitorado intocado.

Feio, caolho e um pouco macunaíma, ele tinha figurino e discurso na medida para as massas exploradas e esquecidas.

Nos últimos quarenta anos, governou a maior cidade da América do Sul, o mais rico Estado brasileiro e finalmente o Brasil, de novo São Paulo e no fim de tudo a própria vida. Figura única na política brasileira não deixa herdeiros políticos, pois uma figura como ele é impossível de ser imitada.

Dono de frases bombásticas e definitivas, pautou sua vida pública por elas e pelos famosos bilhetinhos:

"Mais sapatos para o Nordeste e menos Jipes para Indonésia" (Campanha presidencial - 1960).

"Se não houve golpe eu não comuniquei a nenhum militar. A Presidência da República não me deu nada, pelo contrário, andou me tirando. Lá furtaram meu terno, uma camisa e um par de sapatos." (1985)

E uma frase lembrada pelo Presidente Anibal Khury:

"Um charuto a menos para os banqueiros e um pão a mais para os bancários."

Frase citada em uma discussão no Sindicato dos Bancários.

"No documento da renúncia acusei forças terríveis que me pressionaram. Lembro-o porque a expressão forças ocultas, que me foi atribuída, corre por conta dos interesses dos grupos que castiguei, procurando rasgar outros rumos, locais e cristãos, para a nossa Pátria. Essas forças, às vezes, poderiam aparecer mascaradas, mas ocultas não o eram. Não quis, no meu benefício rasgar a Constituição, embora anacrônica, dissolver o Congresso, embora deformado pela Lei Eleitoral e quase inoperante, lançando nosso povo à inevitável guerra civil. Sacrifiquei-me sem hesitações." (Em 1964).

"Renunciei porque entendi que não poderia cumprir meu dever. De maneira que foi o mais nobre e altruísta gesto de minha vida, que irá me consagrar com um emulo de Deodoro da Fonseca e Rui Barbosa." (Em 1986).

Em suma, é este homem público, na mais nobre acepção da palavra que lutou sempre pelo povo, pelos mais carentes, contra toda uma elite, elite esta que sempre procurou impedir o acesso das classes menos favorecidas à riqueza deste imenso País, que

homenageio desta tribuna, concluindo que sua mensagem, suas idéias, seus nobres ideais, estão mais vivos do que nunca, posto que os mesmos adversários contra quem ele tanto lutou, estão ainda hoje a obstar o progresso deste País, por quem JÂNIO DA SILVA QUADROS, deu a sua Vida. Falecido há oito dias.

ADEUS JÂNIO...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa, do nosso Cônsul do Senegal, Dr. Moura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Cônsul do Senegal.

Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última quarta-feira, dia 19 do corrente, estando ausente da sessão desta Assembléia, estive na região Sudoeste do Paraná, mais precisamente no município de Pêrola do Oeste, próximo à fronteira da Argentina, onde lá, aproximadamente 500 produtores de fumo, ou melhor dizendo: fumicultores, do Estado do Paraná, se concentravam numa assembléia reivindicatória, discutindo ali os problemas inerentes à safra de fumo no Estado do Paraná.

Dados nos constam de que cerca de 52 mil toneladas de fumo estarão sendo colhidas neste ano de 1992, no Estado do Paraná. 30% a mais do que a safra de 1991. Aproximadamente 17 mil pequenos produtores rurais plantam fumo no nosso Estado. E nós pudemos assistir, naquele momento, ou naquele ato, um fato que eu diria lamentável.

Quando os produtores reuniram aproximadamente oito a dez municípios, para juntos elaborarem uma proposta e exigirem ou reivindicarem das indústrias de fumo Souza Cruz e Tabasa, as principais que atuam na região, melhores preços para a safra do fumo. E até se entende o porquê da exploração, talvez, ou do pouco preço oferecido pelas indústrias, quando nós vimos um acréscimo de 30% na safra de fumo durante o ano, no Estado do Paraná.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados de que a fumicultura no Estado do Paraná, só com a empresa Souza Cruz, proporciona com a produção de fumo, industrialização e venda de cigarros, aproximadamente 40 milhões de dólares de ICMS ao Estado do Paraná/ano. A nossa preocupação em estar nesse momento apoiando, discutindo com os agricultores se dão pelos dados recentes que obtivemos na questão da fumicultura, quando os agricultores recebem ou têm pro-

postas e ofertas de uma empresa de um preço de aproximadamente em janeiro ou melhor início da safra, de 1.381 cruzeiros por quilo de fumo, representando isso no dia 1º de janeiro, 1,29 dólar por quilo do preço do fumo de folha retirado do galpão.

Nós percebemos que no ano de 91, a inflação de aproximadamente 440%, ou melhor, um comparativo do aumento do preço do cigarro, com o aumento do preço do fumo pago pelo produtor é uma diferença de mais de 600%, o aumento do cigarro com relação que os produtores ganharam pelo preço do fumo. O que é bom, o direito e a exigência dos lavradores, é exigirem melhores condições ou melhor preço do fumo.

Declarações do Presidente da Associação dos Exportadores, Associação Brasileira dos Exportadores de Fumo, Sr. Nestor Jost, Ministro da Agricultura do Brasil, declarações do mesmo diz que o dólar, ou melhor, o quilo de fumo está sendo exportado a 5 dólares por quilo, quando na safra passada se exportava a 3,11 dólares.

Por aí se percebe o ganho e o aumento que as exportadoras tiveram em relação ao dólar na exportação do fumo. Quando se oferece apenas 1,29% para o produtor que corre todos os riscos com a produção do fumo, que entra com todos os investimentos, que além disso entra com o risco de vida, quando ele tem que se submeter a passar venenos altamente tóxicos, agrotóxicos, para produzir o fumo, ele recebe 1,29 dólar por quilo, quando a empresa ao apenas para apanhar este fumo, exportar este fumo, recebe 5 dólares por quilo.

O custo, ou melhor, um quilo de fumo em folha retirada do galpão pelo produtor em janeiro, ou melhor em dezembro de 1990, comprava quase 4 maços de cigarros de classe 3, e em dezembro de 91, portanto há dois meses atrás, o mesmo quilo de fumo do preço recebido pelo produtor compra apenas dois maços de cigarros. Para ver a disparidade do aumento do preço do cigarro do produto industrializado com aquilo que é a produção ou o suor e o trabalho do produtor de fumo lá na terra.

Neste sentido, nós estaremos particularmente encaminhando solicitação às indústrias de fumo para que aceitem o pedido dos produtores de fumo, que é de 2,3 dólares apenas por quilo, para lhes dar o lucro de 25% em cima do custo de produção, custo este elaborado por órgãos de pesquisas confiáveis, para que o produtor tenha um lucro que é usar o direito de apenas 25% de lucro na produção ele deverá receber aproximadamente 2,3 dólares por quilo, quando a oferta do mês de janeiro era de apenas 1,29.

Nós queremos contar com a preocupação dos Srs. Deputados desta Casa de Leis, para que nossos produtores, os nossos peque-



nos produtores do Paraná, não sejam espoliados e assim incentivados a abandonar o campo, e como já repetimos inúmeras vezes, inchar as cidades trazendo os maiores problemas sociais que o Paraná está enfrentando, com o grande êxodo rural e assim que se combate o êxodo rural e fomentando políticas de sustentação e viabilização do pequeno produtor no campo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro quero agradecer por ser um londrinense com muito orgulho, um pê vermelho, e o IBOPE me deu hoje como um dos homens mais votados na Capital do Estado do Paraná, citando-me nesta pesquisa do Prefeito Jaime Lerner como um dos Deputados que tem condições de participar da campanha política da Capital por estar sendo bem votado; e para mim, é motivo de orgulho, um pê vermelho de Londrina ter a credibilidade que obtive através do Jornal Indústria e Comércio e através do IBOPE. Sinto-me feliz nesta tarde em nome da minha família, dos meus filhos, que é o maior valor moral da minha vida, e quero agradecer a Capital do Estado pela credibilidade que depositam neste Deputado.

Venho a esta tribuna nesta tarde para dizer aos Senhores que me estarreceu ontem ao visitar o Hospital Erasto Gaertner na Capital do Estado. Ao adentrar o Hospital me desesperei e não tenho vergonha de dizer do meu desespero ao ver centenas de mulheres deitadas em camas com esta maldita doença, e entre aquelas que estavam lá, uma da minha família. Me desesperei ao conversar com as enfermeiras, com médicos, de saber que o hospital poderá ser fechado porque não tem recursos do Governo, não tem recursos de ninguém. E eu fiquei apavorado ao ver uma Senhora levantando da cama e dizendo para mim: "Deputado, aonde está o meu querido João Arruda?" Eu falei: "Ele deve estar viajando". "Eu precisava tanto falar com ele". Eu falei: "O Deputado João Arruda, tenho certeza, lhe fará uma visita". Aí uma Senhora de Toledo me perguntou: "Aonde que está o Deputado Duílio Genari?"

Eu sou de Toledo e não tenho dinheiro para ficar aqui, preciso de 180 mil cruzeiros para poder começar o meu tratamento. Eu vi ali centenas de pessoas pobres, que vêm de diversas cidades do Estado do Paraná, eu vi crianças que não têm 480 mil cruzeiros para pagar o complemento necessário da dose especial da qui-

mioterapia, e crianças que voltam para trás porque não têm o dinheiro para fazer a quimioterapia. Realmente, Srs. Deputados, me apavorou, é de se lamentar que neste País de escândalos das bicicletas, neste País das mochilas, neste País da falência dos hospitais, mais um hospital, como o de Londrina como é o Hospital do Câncer, que faz milagres atendendo o Mato Grosso, atendendo São Paulo; o Hospital Erasto Gaertner é a mesma coisa. Eu gostaria que cada um dos Senhores fossem conhecer o Hospital. Ontem eu vi que eu não era ninguém. Eu não sou melhor do que os Senhores, os Senhores não são melhores do que eu, eu não sou melhor do que o rico, o rico não é melhor do que o Deputado Alborghetti. Eu acho que quando você tiver algum problema que está lhe magoando, que está lhe atrapalhando, faça uma visita ao Hospital Erasto Gaertner, estenda a mão para trás, você vai sentir como eu senti na carne ontem, que nós não somos ninguém, nós estamos aqui por uma simples passagem. Vamos embora, não sabemos a hora, o dia e os minutos também. Mas aprendi ontem, mais uma lição na minha vida - não sou melhor do que ninguém.

E faço um apelo a todos os Parlamentares desta Casa, a todos porque esta Casa é soberana nos seus ideais, é soberana nas suas idéias, é soberana nos seus gritos, é soberana ao falar, ao pedir, ao gritar, ao implorar, ao reivindicar.

Não vamos deixar que o Hospital Erasto Gaertner da Capital do Estado feche as suas portas!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

"Nem sempre ocupar essa tribuna dá prazer ao Deputado.

O mundo de hoje, premido pelas dificuldades, nos obriga - A todos nós - fazer abordagens menos simpáticas de problemas que afligem a sociedade.

São problemas econômicos, sociais, de saúde pública, de segurança, transportes, etc. rondando a vida de cada brasileiro e repercutindo em assembleias políticas como esta.

Na maioria das vezes, os pronunciamentos dos Senhores Deputados - e os nossos - são repositórios de queixas, de denúncias, e de críticas diversas.

Conquanto seja nosso dever fazê-las sempre que o caso exigir a verdade é que elas não proporcionam satisfação.

Hoje, todavia, é um dia diferente. Hoje, como paranaense, como cidadão no exercício de um mandato popular faço uso desta



tribuna com a alma lavada. Feliz por tratar de um assunto positivo que eleva a alma e o espírito.

Entendo que a melhor maneira de manter uma chama acesa é não lhe negar combustível.

Esse combustível vou usar ...

Quero ter a honra e o privilégio de cumprimentar um homem que, neste momento de crise e de recessão, vividos pelo Brasil, dá exemplos de tenacidade, competência e vigorosa crença nos seus objetivos, no seu trabalho e nas suas empresas. Empresas erguidas aqui, em São Paulo e em Manaus...

São homens como ele que engrandecem este solo paranaense tão rico e fértil, da mesma forma, tão favorecida pelas luzes de alguns "Escolhidos".

Confesso que ainda estou sensibilizado pelo "marketing" da REFRIPAR. Dois minutos na televisão me fizeram desperto para essa coisa grandiosa, que o Senhor Joanim Prosdócimo plantou neste chão abençoado do Paraná ... Aqui em Curitiba! E, que cresceu ... se espalhou ... e ultrapassou fronteiras.

Falo do Filho do seu Joanim. Falo, Senhores Deputados, de Sérgio Prosdócimo e da Refrigeração Paraná ...

Falo desse homem que tem o futuro no seu cotidiano, no seu hoje desassossegado. Falo de suas concepções empresariais modernas, arrojadas, empreendedoras ... sobretudo humanas.

Falo, principalmente, de seu descortínio, da mesma forma que falo de seu orgulho. Do orgulho de seu nome, de sua família. Que marca, a marca que é: Prosdócimo.

Na sua empresa mais de 3.000 famílias - são em Curitiba - desfrutam de bons salários. Essa empresa tem levado a milhões de brasileiros seus diversificados produtos.

Sérgio Prosdócimo é responsável pela vanguarda, que se coloca a refrigeração Paraná, na fabricação, e colocação, e consumo de "Freezers".

De cada 10 "Freezers" consumidos no Brasil, 05 são da marca Prosdócimo.

Essa estatística que honra e orgulha a produção do Paraná eu a tirei daqueles dois minutinhos que o seu Diretor Presidente utiliza na Televisão para contar a história de seu Pai, de sua Empresa e demonstrar seu propósito de ser o primeiro em todos os demais produtos fabricados pelo Grupo Prosdócimo.

Mas o que não está na propaganda merece realce neste pronunciamento: falo dos benefícios prestados pela REFRIPAR aos seus funcionários, através da Fundação Joanim Prosdócimo e que demonstram o perfeito entrosamento entre capital e trabalho.

Só no ano passado, os benefícios pro-

porcionados pelo Grupo Prosdócimo a seus empregados chegaram a 720 milhões de cruzeiros, destes, 400 milhões, foram destinados à saúde do empregado.

Esse empregado recebe da REFRIPAR, auxílio casamento, auxílio natalidade, auxílio por morte, assistência odontológica, médica e hospitalar, além de, receber uma cesta básica com "vale mercado".

A Fundação JOANIM PROSDOCIMO foi reconhecida recentemente como pioneira na educação de funcionários nas empresas, recebendo, por isso, a menção de "Madrinha" do Programa Educacional em Empresas, da Secretaria de Educação.

Chamou-nos a atenção o atendimento individualizado: todo empregado com problemas pessoais, psicológico, ou de drogas ou de alcoolismo, é atendido à parte por especialistas.

Nobres Pares, esse é o perfil da REFRIPAR, do Grupo Prosdócimo. Tem a "cara" do seu Presidente.

Falei no início em "chama" e "combustível", o Empresário Sérgio Prosdócimo é a chama, nós, e este discurso — pretendemos ser o combustível da solidariedade: um estímulo, mesmo modesto, para que esse paranaense de idéias avançadas - não apenas por seu próprio "ANIMUS" - possa nocautear as dificuldades da crise.

Senhores Deputados, ressalto que as considerações, aqui feitas, não têm o suporte da informação eventualmente obtida da empresa ou de seus Diretores. O que não está condensado nos dois minutos da televisão nós conseguimos conversando com um empregado, satisfeito... Que veste a camisa de sua REFRIPAR e enaltece os dotes humanos de seu Presidente... Por isso deseja vê-la no topo... Porque é esse pico, essa vanguarda que é Sérgio Prosdócimo busca conquistar e vai conseguir... Se Deus quiser!

Ao me parabenizar com o Grupo Prosdócimo e com seu Presidente, o faço na certeza de que seu exemplo, precisa ser disseminado pelo País inteiro, com esse exemplo seguido, o Brasil sai já da recessão.

Obrigado,

Solicito que cópia deste pronunciamento, seja encaminhado ao Grupo REFRIPAR, especialmente ao seu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Grande Expediente com a palavra o Senhor Deputado Osvaldo Trevisan.

O SR. OSVALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou chegando do Norte do Paraná e tive oportunidade de neste final de semana acompanhar de perto a angústia, as dificuldades e a desesperança que vivem os agricultores do meu Estado com a previsão

de uma safra de verão que não será aquela safra tão esperada, a tão esperada super-safra. Mas por razões diversas de atraso de financiamento e de uma longa estiagem que pegou a lavoura nos seus momentos mais difíceis, notadamente em momento de plantio e momento de floração fazem com que o Paraná não terá a grande safra esperada.

Nunca foi tão lembrado o ensinamento bíblico para a agricultura de que há um tempo de plantar e há um tempo de colher. Quando não se planta num momento certo, perde-se a produtividade da lavoura, quando não se colhe também no momento recomendado perde-se a totalidade da lavoura. E no Paraná nós em parte atrasamos o plantio porque não houve uma definição por parte do Governo Federal para a liberação dos financiamentos no momento oportuno. E a agricultura, sendo uma atividade de grande risco, pois que também está sujeita aos fatores climáticos de falta de chuvas no plantio ou às vezes excesso de chuva na colheita, precisa ter a sua atividade assistida para que nós possamos ter a rentabilidade, a produtividade que se espera da agricultura e que dela a Nação também precisa.

Os financiamentos para a atividade rural precisam ser definidos com antecedência, o estabelecimento de preços mínimos, as regras do jogo da comercialização. O agricultor precisa saber com antecedência para que ele possa se programar que tipo de lavoura irá plantar, como ele vai comercializar e não se surpreender como ocorreu nesse ano passado com a colheita do trigo, quando costumeiramente o agricultor colhia o seu trigo e vendia ao SETREN, vendia por tanto, ao Governo Federal à vista, no correr da safra, quase à boca da colheita o Governo diz ao agricultor: "estamos mudando a regra do jogo. Não vamos mais comprar trigo e vocês vão ter que correr no mercado para ver a quem vocês conseguem vender." Agravado com isso, com a liberação das importações que trouxe ao plantador de trigo grandes dificuldades e deixou-o na penúria, ocasionando, a par disso, frustrações nos dois ou três últimos anos anteriores pegando os nossos agricultores nesta safra que se avizinha totalmente descapitalizados, sem condições de enfrentar as dificuldades que estão aí por vir.

E por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que esta Casa precisa se conscientizar das agruras porque passa a nossa agricultura e não ficarmos aguardando a tão esperada super-safra anunciada pelo Governo Federal, porque nós teremos quebra em diversas lavouras. Esta estiagem que persiste, prejudica principalmente os pequenos agricultores. E quando se trata de plantio de algodão, e aqui eu invoco

também o conhecimento do Deputado Severino da região de Assaí, um dos grandes Municípios ou talvez o Município plantador de algodão na nossa região de Cornélio Procopio e Assaí, temos cerca de seis mil produtores de algodão, e desta totalidade 90% são pequenos produtores, constituído por arrendatários ou pequenos sítiantes que tocam a sua lavoura com a força de seu braço, o poder da sua inteligência, o suor do seu rosto, tocam diretamente a lavoura e que não terão condições agora sequer de pagar o financiamento do banco. Porque para se pagar o financiamento do banco, observem que para pagar o financiamento de algodão, precisa o cotonicultor colher uma média de 220 arrobas por alqueires e o preço médio desse algodão hoje, o preço de venda está na casa dos sete mil e trezentos cruzeiros.

E a produtividade média esperada, enquanto ele precisa de 220 arrobas no mínimo para pagar o seu financiamento do Banco do Brasil e que normalmente numa produtividade média esperada ele colheria 240 arrobas de algodão, ainda numa produtividade média esperada ele colheria 250 ou 300 arrobas de algodão e colheria ainda acima de 150 sacas de milho por alqueire a previsão já hoje de quebra da lavoura é de 16% da lavoura de soja, de 28% da lavoura de algodão e de 20% da lavoura de milho e há quem diga que na região de Jataizinho e na região de Assaí essa quebra é ainda muito maior.

Então Senhor Presidente e Senhores Deputados, nada de euforia com super-safra, vamos nos preparar para receber uma safra que não será aquela tão esperada, porque a estiagem persiste, os agricultores estão descapitalizados. Reiteramos aqui, é preciso que a Nação se conscientize que não pode mais a nossa agricultura viver de percalços é necessário que já sejam estabelecidas regras definidas e com antecedência numa política não conjuntural, mas precisamos estabelecer uma política estrutural para nossa agricultura.

Não se pode mais ficar a cada ano indagando o que é que vai acontecer, como é que vai ser feito, mas pelo contrário precisamos estabelecer uma política estrutural que prevaleça ao longo do tempo para que saibamos o que é que vai acontecer daqui 3, 4, 5 ou 10 anos, como é que a agricultura será tratada.

Por isso, desde logo é importante nós insistirmos para que a liberação de financiamento seja feita no momento adequado, no momento que haja liberação com oportunidade e conveniência.

Quer dizer com oportunidade antes da época do plantio e com conveniência que os valores fixados de VBC sejam suficientes para que o agricultor possa enfrentar as

dificuldades de tocar uma lavoura.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, outra preocupação importante é que nós procuremos melhorar a produtividade das nossas atividades econômicas, sejam elas atividades do setor primário como agricultura e pecuária. Do setor secundário da nossa industrialização ou do setor terciário da economia, do setor da prestação de serviços.

O Paraná tem uma economia diversificada presente nos três setores da economia e no setor primário, o Paraná da parte do Governo do Estado, o Governo Roberto Requião lançou através do Banco do Estado um programa de melhoria do nosso rebanho bovino leiteiro.

Está importando da Argentina cem mil vacas leiteiras da mais alta qualidade e que serão financiadas através do Banco do Estado e o retorno dos financiamentos, e um fato inédito neste País, não será mais calculado em prestações em dinheiro, mas será retorno em produção de leite. O produtor de leite retornará o pagamento do financiamento pagando tantos litros de leite por semestre ou por ano, conforme convencionar. É um grande estímulo para a melhoria do nosso rebanho leiteiro. É um grande entusiasmo para a melhoria genética do nosso rebanho e conseqüentemente a melhoria da nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o horário do Grande Expediente. Passamos ao horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PST se fará uso do seu tempo.

Com a palavra a Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mulheres curitibanas vão hoje à praça pública, para lembrar que faz 60 anos que conquistamos o direito ao voto, no Código Eleitoral de 1932. O voto feminino veio no rastro da Proclamação da República. Proposta derrotada na Constituição de 1891, ganhou impulso na segunda década deste século XX. Isto, quando a 1ª Guerra Mundial trouxe profundas transformações para a situação da mulher na Europa, que passou a ocupar os postos de homens, que foram para as frentes de batalha. Como conseqüência destas mudanças, o voto feminino foi ado-

tado nos países da Europa e os Estados Unidos. O quadro internacional trouxe reflexos para a sociedade brasileira, onde o debate sobre esta questão se vivificou. Já havia aqui um número importante de mulheres profissionais, também operárias, aparecendo com mais força à defesa do voto feminino. Foi assim que surgiu um verdadeiro Movimento Sufragista no Brasil, tendo como líder Berta Lutz, que fundou a Federação Brasileira Para o Progresso Feminino, em 1922.

A Federação desenvolveu uma campanha pelo voto feminino, através de cartas, telegramas, contatos com autoridades e propaganda junto ao público e às mulheres. Mas os projetos apresentados, na Câmara e no Senado, a partir de 1919, tiveram um mesmo destino: não chegaram a ser votados, dormitaram em gavetas ao longo de quase uma década. No Rio Grande do Norte as mulheres conseguiram o direito de votar e serem votadas, no ano de 1927; e, em 1929, naquele Estado, Alzira Soriano chegou a ser eleita Prefeita de Lajes. Mas foi no Código Eleitoral de 1932 que o voto feminino passou a ser um direito da mulher alfabetizada, ainda que facultativo. E somente em 45 o voto passa a ser obrigatório também para mulheres.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço este breve relato histórico sobre o voto feminino, dada a importância da data de hoje. Afinal, ela marcou nova etapa na vida do País, contribuindo para que a mulher obtivesse, de direito, sua condição de cidadã. Minha presença nesta Casa, como Deputada Estadual, sem dúvida é resultado da luta das mulheres, ao longo de décadas, para votarem e serem votadas. E não só isto: a luta continua sendo pela transformação de sonhos de liberdade e independência em novos espaços na Legislação e na Sociedade.

É por isto que considero bastante oportuno que se aprove, em definitivo, hoje, nesta Casa, o Projeto de Lei de autoria da Bancada do PT, dispondo sobre a instalação de Centros de Convivência de Mulheres Vítimas de Violência no Paraná.

Que nosso voto favorável a esta proposta seja, além da confirmação de um direito, a lembrança respeitosa à luta diária de todas as mulheres, que com seu trabalho e fê buscam construir uma sociedade mais humana, mais solidária, mais fraterna e mais justa. Plena dos direitos que a cidadania confere, não só para alguns, mas para todos.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PT.

Concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, volto à tribuna para relatar aos Senhores Deputados uma preocupação que vem tendo os expropriados das ilhas do Rio Paraná.

No último sábado, dia 22, tive a oportunidade de participar, na Cidade de Guaíra, de um Seminário, com a presença de uma comissão de aproximadamente 20 ilhéus, com a presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Paraná das Cidades de Guaíra, Altônia e Terra Roxa, além de Eldorado e Mundo Novo, do Mato Grosso do Sul; também das Federações de Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul e do Paraná; e ainda as presenças dos Prefeitos Mário Barbosa, de Guaíra e Jonatan Plasseikos, de Altônia.

Neste encontro - que também, lamentavelmente nos informaram que vários Deputados da região estavam convidados e infelizmente não compareceram - tinha por objetivo discutir o problema dos ilhéus do Rio Paraná - que é uma novela, que já há aproximadamente 10 anos vem se travando, capítulo por capítulo - e os expropriados - ou expulsos - das ilhas do Rio Paraná, continuam jogados às traças durante todo esse período.

O fato é o seguinte: com a barragem do Lago de Itaipu, chegando até o Salto de Sete Quedas, a vazão da água daí para cima foi deficiente, em função do alagamento do Salto de Sete Quedas. Isto gerou a inundação das ilhas do Rio Paraná, da Cidade de Guaíra para cima, onde aproximadamente de 1000 a 1200 famílias de pequenos produtores - de 50, 30, 20, 10, 15 hectares de terras - sobreviviam na agricultura, com a plantação de banana, com apicultura, milho e feijão, e sobreviviam nestas áreas nas ilhas do Rio Paraná.

Juntou-se o problema da inundação, ou melhor, da construção do Lago de Itaipu, com a construção da Hidroelétrica de Ilha Grande, no Rio Paraná, o que gerou o problema, onde as terras nem medidas estavam e, por organização e pressão dos ilhéus há muitos anos passados, o então ITC da época, fez a medição e o levantamento das áreas dos produtores naquelas ilhas, fazendo com que eles fossem indenizados ou regularizadas as suas posses, para então serem indenizados.

Há quase 10 anos vem se tentando a solução desses problemas, e mais de 1000 famílias que foram retiradas daquelas áreas - na época ainda do Presidente Figueiredo, quando do fechamento do Lago de Itaipu - estão perambulando pelo Paraná afora, sem nenhuma indenização das suas propriedades nas ilhas do Rio Paraná.

Muitas famílias foram retiradas à for-

ça e até por determinação judicial, sofrendo alguns até violência física e sendo proibidos de voltarem a essas áreas. Os ilhéus - através dos seus sindicatos - da região dos Municípios atingidos, passam a se organizar e reivindicar junto à ELETROSUL e também à Itaipu, que as duas empresas fazem um joguete, empurrando uma a culpa para a outra, enquanto há quase 10 anos os expropriados, os retirados das ilhas, estão sem receber as suas indenizações e perambulando pelas favelas, de uma cidade para outra do Estado do Paraná.

Há alguns dias passados, no final de 91, um grupo de aproximadamente 100 expropriados, ilhéus, acamparam e ocuparam o escritório da ELETROSUL naquela Cidade de Guaíra.

Eu diria um grande crime, o que pude observar, visitando aquele canteiro de obras, onde mais de 500 casas, onde todas as estruturas de moradia e do canteiro de obras, com clubes luxuosos, piscinas estão abandonadas, apodrecendo, sem nenhuma utilidade, sem nenhuma habitação.

A metade, praticamente, da ponte do Rio Paraná, da mesma forma, 180 milhões de dólares jogados na podridão que está ocorrendo, ao abandono, à corrosão daquela cidade, naquela área onde se instalaria o quadro residencial e a construção da usina de Ilha Grande, que foi abandonada pelo Governo Federal. A ELETROSUL, com a ocupação de sua sede, pagou 79 ex-proprietários. Estes 79 receberam, foram proibidos de publicar os valores recebidos, pela ELETROSUL. Os restantes, aproximadamente mais de mil, vêm há muitos anos negociando, procurando a direção da Itaipu Binacional, procurando a ELETROSUL, e um joga para o outro.

No entanto, a ELETROSUL já indenizou esses 79. É sinal que ela tem responsabilidade pelas indenizações. Também já indenizou um grupo de fazendeiros do lado do Mato Grosso - isso dito por Presidentes de Sindicatos que lá estavam na reunião - e que esses fazendeiros receberam altas indenizações, porque têm trânsito com a cúpula da ELETROSUL, e ao mesmo tempo, continuam utilizando as suas terras e que eram sim, áreas ribeirinhas ao Rio Paraná, do lado do Mato Grosso do Sul.

A Itaipu diz que o problema não é dela e que não cabe a ela a indenização, porque a sua cota de responsabilidade acaba no Salto de Guaíra, onde encerrou o Lago de Itaipu. No entanto, os agricultores, os expropriados, os expulsos pelas águas, das ilhas, afirmam que antes da construção de Itaipu - porque a ELETROSUL, até o momento, não fez nenhuma barragem para lhes prejudicar - a Itaipu, antes de fechar o lago, quando das enchentes, a água se evadía rapidamente. Quando agora não permite

a evasão das águas, o assoreamento das ilhas está lá, para quem quiser ver. Quando há uma enchente, permanece o ano todo alagado, em função da represa de Itaipu e não da ELETROSUL.

Portanto, no próximo dia 14 de março, estaremos novamente lá, e convidamos os Senhores Deputados daquela região para que, com uma comissão formada pelas autoridades lá presentes, possamos achar o canal das negociações.

Seja ELETROSUL, seja Itaipu, sejam as duas em conjunto, se responsabilizem pela indenização desses mais de 1000 produtores do Paraná, que estão alijados até de ter comida na sua mesa, porque foram retirados das ilhas, impedidos de lá voltar para produzir e sobreviver, e estão jogados sem nenhuma indenização até o momento.

Concedo aparte ao Deputado Nelson Garcia.

O Sr. Nelson Garcia - Nobre Deputado, eu o parabeno pelo seu préstimo à região noroeste, mas eu gostaria - só a título de esclarecimento ao nobre Deputado e aos demais companheiros Deputados - que fui autor de várias Emendas defendendo os ilhéus da nossa região.

Como o Senhor disse, há mais de 10 anos, depois da construção da Hidrelétrica de Itaipu, a evasão das águas segurou e os nossos Municípios que estão à beira do Rio Paraná, com o assoreamento do rio, temos a cada ano que passa, a cheia e o prejuízo para esse Município e o prejuízo para os ilhéus, para a pesca e para a agricultura.

Mas eu só gostaria de lembrar ao nobre Deputado, que na minha defesa, fui chamado de demagogo por um Deputado do seu Partido. Infelizmente, é um companheiro que não conhece a região. E por isso parabeno Vossa Excelência, que conhece a região, que conhece os problemas também do Noroeste, porque um Deputado tem que conhecer o Paraná inteiro, desde que representa o Paraná.

Então, fui chamado de demagogo. Mas mesmo assim, mantive a minha Emenda, que seria os "royalties" de Itaipu, dos lagos que são alagados na região de Guaíra e os ilhéus vêm sofrendo e passando necessidades. As Prefeituras não dão apoio porque não têm condições, e muito menos o Governo do Estado e o Governo Federal, a este povo que, realmente - e como o Senhor disse - está sofrendo.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - (Ele tirado o som).

Só para encerrar, Senhor Presidente.

Deputado Nelson Garcia, muito obrigado pelo aparte.

Quero dizer ainda, que estes ilhéus

estão hoje dispersos pelo Paraná afora. Ouvimos depoimentos lastimáveis de pessoas que se dirigiram de alguns lugares, de algumas regiões, para reivindicar soluções para os seus problemas, e tiveram que deixar lá suas propriedades, suas plantações, seus bens particulares. Agricultores que tiveram lá 70 a 80 caixas de abelhas e hoje, sem nenhuma indenização, estão perambulando.

Esperamos que nesse entendimento se responsabilize a Itaipu e a ELETROSUL, para que se faça justiça com aqueles que foram retirados daquela região do Paraná.

Era isto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PTB com a palavra.

Deputado Nilton Servo.

O SR. NILTON SERVO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Hoje assumo esta tribuna para, neste momento, dizer o que proponho e o que pretendo.

Estou apresentando a esta Casa de Leis um projeto que venha definitivamente regularizar e legalizar o jogo do bicho no Paraná.

Venho aqui em defesa de mais de 50 mil famílias que estão desamparadas e desempregadas neste Estado, neste Brasil. E hoje temos falado e todos os pronunciamentos feitos pelos Deputados aqui presentes falam de recessão, neste Brasil de recessão, neste Brasil de desemprego, neste Brasil que em todos os pronunciamentos ouço dizer que o Brasil está falindo.

Senhores Deputados, eu gostaria de dizer que o Brasil não está falido, que o Brasil é uma nação muito rica. Falido, falido, sim, são os ideais, as propostas, as posições dos governantes desta Nação que mal administram as arrecadações e os dinheiros dos cofres públicos.

Aqui nesta tribuna acabou de falar o nobre Parlamentar Alborghetti se referindo às histórias das bicicletas, as histórias do INSS. Aqui ouvi também o Deputado Trevisan dizer que a agricultura está falida no Brasil; mas os trabalhadores incansavelmente procuram levantar a bandeira e procurar de baixo de sol e de chuva uma solução para a nossa Nação, para trazer divisas para regulamentar e pôr em dia a situação econômica e financeira do nosso País.

O nosso Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, ele veio em praça pública numa posição social. Ele veio em praça pública, em seu discurso eleitoral, dizer que ele tinha muito a fazer pelo trabalhador do Paraná. Como fez, também o Presidente da República, Senhor Fernando

Collor de Mello, que dizia ser o candidato, que dizia ser o Presidente dos desca-  
misados. E hoje eu pergunto: ele está ti-  
rando as calças do trabalhador. Você, Go-  
vernador, você que disse que ia fazer tan-  
to para o social, justifique para mim;  
contra o trabalho, contra a fome, para es-  
tas famílias que estão às portas da fome,  
desempregadas e desamparadas.

Por isto eu apresento este Projeto que  
vem a regulamentar, definitivamente, o jo-  
go do bicho no Paraná, para que o Paraná  
dê exemplo para os outros Estados. Nós te-  
mos que fugir da ditadura! Eu também sei  
que o jogo de bicho está inserido no Cód-  
igo Penal como uma contravenção. Mas, o Cód-  
igo Penal também é contraditório, pois  
ali se diz que está proibido qualquer tipo  
de jogos de azar. E a loteria federal? E a  
estadual? E as raspinhas?

Eu diria que o jogo do bicho entre o  
apostador, o pequeno apostador, é para que  
ele tenha uma oportunidade em vinte e cin-  
co. Ele tem ali uma esperança de uma cesta  
básica. Vamos procurar regulamentar. Vamos  
procurar regularizar. Ainda ontem, vindo  
do Paraguai, lá eu ouvia dizer que no ano  
passado tudo era ilegal. Nada era legal,  
naquele País, para que se pudesse correr  
as propinas, as corrupções, para que qual-  
quer empresa pudesse funcionar.

Eu peço a esta Casa que emendem este  
Projeto. Vamos dar exemplo para o Brasil!  
Vamos oferecer trabalho, dignidade, mão-  
-de-obra, arrecadação para os municípios,  
solução para o nosso Estado e grandeza pa-  
ra o nosso Brasil!

Eu faço um apelo aos Senhores Deputa-  
dos, faço um apelo para que, juntos, pos-  
samos nos unir em torno deste Projeto. Va-  
mos apresentar emendas! Vamos buscar solu-  
ções! Vamos encontrar a forma de regulari-  
zar! E vamos encontrar a forma, também, de  
se arrecadar e de assinar estas verbas pa-  
ra assistências sociais.

Era isto, Senhores Deputados, o que eu  
tinha a dizer neste momento. E quero dizer  
que o Paraná sirva como exemplo para todo  
o Brasil, porque aqui quem vos fala não é  
um jurista. Aqui quem vos fala não é um  
advogado. Entendo pouco de Constituição,  
mas estamos amparados por colegas que fo-  
ram constituintes estaduais e federais,  
nesta Casa. Eu quero dizer que aqui falo  
na condição de legislador, na condição de  
buscar e trazer uma solução definitiva pa-  
ra os desamparados e desempregados deste  
Paraná.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está en-  
cerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 008/92,  
subscrito pelo Senhor Deputado Cleiton  
Kielse, constante do expediente, justifi-  
cando sua ausência nas Sessões Plenárias  
dos dias 25, 26 e 27 do corrente mês e dos  
dias 04, 05 e 06 de março do corrente ano,  
em virtude de viagem à América do Norte. A  
Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício de nº 010/92, subscrito pelo  
Senhor Deputado Mário Bezerra, constante  
do expediente, justificando sua ausência  
na Sessão Plenária do dia 24 do corrente  
mês, em virtude de compromissos assumidos  
em sua região. A Diretoria Legislativa,  
para anotar.

Ofício nº 021/92, subscrito pelo Se-  
nhor Deputado Arlindo Troian, constante do  
expediente, comunicando sua ausência na  
Sessão Plenária do dia 24 do corrente mês,  
em virtude de compromissos assumidos em  
sua região. A Diretoria Legislativa, para  
anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor  
Deputado Orlando Pessuti, constante do ex-  
pediente. Necessita de apoio. Apoia-  
do. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de  
autoria do Senhor Deputado Colombino Gras-  
sano, constantes do expediente. Necessitam  
de apoio. Apoiados. A Diretoria Le-  
gislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de  
autoria do Senhor Deputado Eurides Moura,  
constantes do expediente. Necessitam de  
apoio. Apoiados. A Diretoria Legisla-  
tiva.

Passaremos à apreciação da matéria  
constante da Ordem do Dia, conforme avulso  
distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº  
265/91, de autoria do DOUTOR ROSINHA, que  
dispõe sobre a criação dos Centros de Con-  
vivência de Mulheres, e dá outras provi-  
dências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da  
C.C.J. e C.S.P. Com SUBSTITUTIVO GERAL DE  
PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,  
por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO AS  
EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.  
Aprovado o Substitutivo Geral.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº  
376/91, de autoria do Deputado PLAUTO GUI-  
MARÃES e OUTROS, que dispõe que os valores  
provenientes do recolhimento de multas,  
por parte dos proprietários de veículos  
automotores, decorrentes do sistema de es-  
tacionamento regulamentado, qualquer que  
seja a denominação onde estiver implantado  
no Estado, reverterão integralmente ao mu-  
nicípio beneficiado, na forma que especí-  
fica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

C.C.J., C.F. e C.J. EMENDA DE PLENARIO com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. e EMENDA DA C.C.J., por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado o Substitutivo Geral.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, quer criar o Município de Pinhais, com território desmembrado do Município de Piraquara e divisas do atual distrito administrativo. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 130 de 11.12.86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 045/91

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução nº 045/91, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, alterou a redação do art. 1º da Resolução nº 004/90, que autorizava a realização de plebiscito para que a população opinasse sobre a criação do Município de Pinhais. Realizada a consulta plebiscitária a população decidiu favorável a criação do município.

Dessa forma, em razão de estarem atendida todas as formalidades legais, constitucionais e regimentais, opinamos favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 271/86.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Orlando Pessuti, para encaminhar a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão da criação do Município de Pinhais, Rio Bonito do Iguaçu, bem como também autorização para realização de plebiscito em Arirém e Jacutinga, nos causa uma certa preocupação neste momento, tendo em vista, a legislação existente no Estado do Paraná, nos dias de hoje.

Todos nós sabemos que a Lei Complementar que disciplinou a criação de Municípios no Estado do Paraná, estabelecia que os Municípios poderiam ser criados até 31/12/91, haja vista que não se permitia a criação de Municípios no ano eleitoral. Posteriormente a Legislação Federal quando

disciplinou as questões das eleições Municipais, estabeleceu que os Municípios criados até o dia 1º/05/92, teriam eleições no dia 3/10/92, criando-se portanto, um pequeno impasse do ponto de vista da legislação.

Esta Assembléia Legislativa, buscou através de um novo Projeto de Lei Complementar sanar este prejuízo que havia na Legislação Estadual, que impedia a criação de Municípios até o dia 1º/05/92. No entanto, esta Lei ao ser encaminhada a Sua Excelência o Governador Roberto Requião, não recebeu a sanção necessária, nem tampouco, foi restituída a esse Poder Legislativo para que Vossa Excelência promulgasse a mencionada Lei, existindo portanto, pendente de apreciação, discussão e votação desse Plenário o voto apostado por Vossa Excelência o Governador à Lei Complementar que modificava os prazos e que portanto reabria a possibilidade de criação de novos Municípios.

Nesse sentido Senhor Presidente, a preocupação desse Parlamentar é de que talvez antes de apreciarmos as novas matérias que tratam da criação dos Municípios ou realização do Plebiscito, nós devêssemos apreciar por esse Plenário o voto que foi apostado por Sua Excelência o Governador. Tendo em vista, que no nosso entendimento, tudo aquilo que fizemos hoje, poderá não estar devidamente embasado na Legislação Estadual. Visto que, existe uma Lei que diz que poderia se criar até 31/12 e Lei que modificou foi vetada e esse veto ainda não foi apreciado.

Então, uma preocupação que existe desse Parlamentar e que coloco a Vossa Excelência, para que possa nos prestar os esclarecimentos devidos e que nos preste a orientação necessária, de qual a condição que deveremos adotar, se transferimos as votações para depois de apreciarmos o veto ou se outra conduta entende Vossa Excelência como correta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em parte procede a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Orlando Pessuti.

No que diz respeito a criação do Município de Pinhais, a Assembléia aprovou uma resolução e o plebiscito já foi realizado. Apenas agora ratificação por parte do Governador da criação desse Município, os outros ainda não realizaram o plebiscito.

Se a Assembléia apreciar hoje os projetos eu farei a retirada da Ordem do Dia, até que se vote, se aprecie o veto do Senhor Governador do Estado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, da mesma ruma o projeto de lei que está sendo apreciado, a Men-



sagem no que diz respeito a Rio Bonito do Iguaçu também já houve Plebiscitos é apenas uma ratificação, é apenas para esclarecer aos demais Parlamentares e também a Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter à votação os Projetos e em seguida determina a retirada da Ordem do Dia até a apreciação do veto que deverá ser apreciado daqui a dois dias, quando vence o prazo para que a Comissão de Justiça através do seu Relator dê parecer.

Em votação o Projeto de Lei 271/86.

Em discussão.

Em votação.

Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que institui o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse do imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.A. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 62 de 03.06.91)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 208/91

##### P A R E C E R:

Encontra-se nesta Comissão Técnica, para análise, o Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que propõe a instituição do Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse do imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular.

Em sua justificativa, argumenta o proponente que a lei "...visa proteger àquele que detém a posse de imóvel rural de até 35 hectares e quer legalizá-la através da ação de usucapião." Aponta também a inexistência, junto ao Estado, de elementos que permitam "...aquilatar a real situação de referidos proprietários...".

Sob o aspecto jurídico, a matéria é constitucional, estando a providência inclusive prevista no parágrafo 2º do artigo 154 da Constituição Estadual.

Entretanto, o mero cadastramento não permitirá a regularização da posse, servindo apenas para um levantamento da real situação agrária no Estado. Ademais, a Carta Magna de Outubro de 1988, no seu artigo 191, ampliou para 50 hectares a área de imóveis rurais passíveis de serem adquiridos mediante o instituto de usucapião especial.

Neste sentido, considerando as questões anteriores e a necessidade de revestir o Projeto de Lei nº 208/91 da conveniente exequibilidade, julgamos convenientemente

Curitiba, segunda, em 24.02.92

te dar-se à matéria o caráter, de certo modo, regulamentar e estabelecer prazo para a efetivação do cadastramento previsto no já mencionado parágrafo 2º do artigo 154 da Carta Política Estadual.

Propomos, destarte, o Substitutivo Geral apenso, que contemplará estas preocupações, não sem antes concluir pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 208/91, motivo pelo qual manifestamos parecer favorável à sua aprovação, dando-o em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator

##### PROJETO DE LEI Nº 208/91

##### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Dê-se ao Projeto de Lei nº 208/91 a seguinte redação:

Art. 1º - A implantação do sistema estadual de cadastro técnico rural previsto no parágrafo 2º do artigo 154 da Constituição Estadual deverá ser feita no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da publicação desta lei.

Parágrafo Único - A implantação do cadastramento previsto no "caput" deste artigo será efetuado pelos órgãos fundiários do Estado do Paraná, que para a consecução dos seus objetivos buscará o apoio e colaboração de órgãos federais correlatos com atuação no Estado e das Prefeituras Municipais.

Art. 2º - As informações do sistema estadual de cadastro técnico rural serão utilizadas com vistas ao planejamento e desenvolvimento das políticas agrícola, agrária, de regularização fundiária, utilização e preservação dos recursos naturais e de apoio às políticas urbanas municipais.

Parágrafo Único - Aos dados constantes do cadastro objeto desta lei será assegurado o acesso pelas Prefeituras Municipais, sindicatos de trabalhadores e patronais rurais, cooperativas, associações de cooperação agrícola e organizações de trabalhadores rurais.

Art. 3º - Na implantação do sistema estadual de cadastro técnico rural será assegurado o levantamento da realidade rural no tocante a:

I - imóveis rurais de até 50 (cinquenta) hectares em situação irregular;

II - reservas florestais e matas ci-

liares.

Art. 4º - De posse das informações previstas no inciso I do artigo anterior, o Governo do Estado, através dos órgãos competentes, fornecerá todo apoio e orientação jurídica objetivando a sua regularização pelos respectivos detentores da posse.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 208/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Domingos Carvalho, o Projeto de Lei em tela, visa instituir o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular.

Pela justificativa que acompanha o Projeto, verificamos que se trata de uma proposta de relevante mérito e alcance social, levando a conhecimento, a faixa de proprietários rurais que se encontram em situação irregular, para futura regularização de suas propriedades.

A douta Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente à sua aprovação na forma do Substitutivo Geral.

A presente proposta veio até esta Comissão para ser apreciada, embora, nas condições de Vice-Presidente da mesma e Relator do presente Projeto, não vejo a necessidade de análise, por não se tratar de matéria pertinente à mesma.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à sua aprovação na forma do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 208/91

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão, de autoria do nobre Deputado Domingos Carvalho, o Proje-

to de Lei em epígrafe, que institui o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 hectares, em situação irregular.

Encaminhado para parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma apresentou Emenda Substitutiva Geral, com o fito de adequá-lo às normas contidas tanto na Constituição Federal, art. 191, como também na Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 154.

Sob o ponto de vista desta Comissão, nada temos a opor quanto a aprovação do presente projeto, que visa, essencialmente, criar condições para que o pequeno produtor rural obtenha meios para garantir sua permanência na terra que cultiva e de onde retira seu sustento.

Por estas razões, manifestamo-nos favoravelmente a sua tramitação, na forma do Substitutivo Geral já mencionado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.91.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que cria o município de Rio Bonito, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 90, de 06.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 309/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei em tela objetiva a criação do Município de Rio Bonito, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul.

O processo foi devidamente instruído, cumprido com os requisitos determinados pela Lei Complementar nº 56, sendo que a matéria requer adequação no tocante a descrição de suas divisas, de acordo com o que demonstra a certidão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em anexo, e no que concerne a toponímia, sendo que apresentamos substitutivo geral-sanando estas imperfeições, a fim de que a mesma encontre condições de ser aprovada pelo Plenário desta douta Casa.

Para que tal considerato se consubstancie adequadamente, mister se faz a consulta prévia à população da referida área, a ser autorizada mediante Projeto de Resolução em anexo, após o que a matéria estará em perfeitas condições de prosse-

guir a sua normal tramitação processual legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

PROJETO DE LEI Nº 309/91

SUBSTITUTIVO GERAL DA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Artigo Único - O Projeto de Lei nº 309/91, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de RIO BONITO DO IGUAÇU, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas a seguir especificadas:

"Inicia-se junto às cabeceiras do Rio Crim, deste ponto segue o referido Rio a jusante, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Santiago, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; segue a jusante, pela margem do reservatório da Represa de Salto Santiago até a barragem; deste ponto, ainda a jusante, agora pelo Rio Iguaçu, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Osório, segue margeando a referida Represa até a foz do Rio das Cobras, confrontando com terras dos Municípios de Chopinzinho e Sulina; segue a montante pelo Rio das Cobras até encontrar a ponte da Estrada de Rodagem que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu, confrontando com terras do Município de Quedas do Iguaçu; deste ponto segue pela referida Estrada de Rodagem na direção de Laranjeiras do Sul até a sede do Patrimônio Km 130, confrontando até o Rio Xagu com o futuro Município de Nova Laranjeiras e do Rio Xagu até o Km 130 com o Município de Laranjeiras do Sul; da sede do Km 130, segue por uma linha reta de aproximadamente 7.000 m, encontrando a estrada asfaltada BR-158 e a encruzilhada da estrada municipal do Arroio Novo, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; deste ponto segue por linha reta de aproximadamente 6.500 m até o ponto inicial desta descrição, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul.

MEMORIAL DESCRITIVO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

Partindo do ponto localizado junto à faixa de domínio da BR-158, deste ponto rumo 13º49' SE, mede 35,10 m, segue rumo 29º15' SE, mede 583,60 m, confrontando com terras do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito, segue por linha reta de 594,00 m, confrontando com terras de Emílio Ceslak, segue por linha seca até

Curitiba, segunda, em 24.02.92

a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras de Eduardo Dabreski, segue por linha seca acompanhando a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras da referida Estrada até o ponto inicial desta descrição".

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 9222, de 24 de abril de 1990.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 080/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado - (Publ. no D.A. nº 164, de 05.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80/91

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução nº 80/91, de autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, tem a finalidade de autorizar a realização do plebiscito para criação do Município de Ariranha, que será desmembrado do Município de Ivaiporã.

Da análise do Projeto, em razão do mesmo atender a dispositivo constitucional, essa Comissão de Constituição e Justiça emite seu parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do município de Jacutinga, desmembrado do Município de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 164 de 05.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROTOCOLO: 12230/91

PROJETO DE RESOLUÇÃO 084/91 - (anexado Projeto de Lei 402/91)

**SOMULA:** Autoriza plebiscito em Jacutinga, desmembrado do Município de Ivaiporã.

**AUTOR:** Deputado Edson Silva Lino

**P A R E C E R:**

Pretende o autor que se faça plebiscito no distrito de Jacutinga, a ser desmembrado do Município de Ivaiporã. Inicialmente, ingressou com projeto de lei, criando o citado Município. Juntou documentação legal. Na sequência, apresentou projeto de resolução, e pediu a juntada da documentação do projeto de lei ao citado projeto de resolução.

De acordo com a Justiça Eleitoral, há 2.531 eleitores nesta 93ª Zona Eleitoral.

Faltava a declaração do IBGE, cuja cópia nos foi entregue pessoalmente pelo autor, e onde consta os limites do distrito e a população estimada para 1.7.91 que seria de 6.676 habitantes, com 220 unidades na área urbana.

Cabe o destaque informado pelo IBGE da existência de topônimo correlato ao de "Jacutinga", que deverá ser considerado ao longo da tramitação deste projeto.

Diante destes documentos, somos pela continuação regimental do presente projeto de resolução.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Projeto 271 sofre emenda e voltará à Comissão de Justiça. Os demais Projetos estão retirados da Ordem do Dia até que a Assembléia aprecie o veto apostado pelo Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 078, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nºs 060, 070, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 071, de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 072, 073, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 075, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 076, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, com apoio-

mento dos Senhores Deputados Carlos Simões, Erondy Silvério e Domingos Carvalho, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 058, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 267/91

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/91

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 463, 564, 567, 568 e 572/91.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GERALDO CARTARIO, EM SESSÃO DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 1992.

Partido Social Trabalhista ao Supremo Tribunal Federal.

O PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA, na qualidade de partido político com representação no Congresso Nacional (doc. 1), por seu advogado (doc. 2), vem, respeitosamente, com fundamento no art. 103, inciso VIII da Constituição de 1988, propor a presente

#### AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

da Lei Federal nº 8.388 de 30 de Dezembro de 1991 por afronta aos arts. 52 incisos VI a IX, 173, 5, 37, 170 IV da Constituição Federal como passa a demonstrar:

A Constituição de 1988, ao conformar a federação brasileira, consagrou, para o Poder Legislativo Federal, a estrutura bicameral, objetivando ter uma Casa Legislativa constituída por representantes do povo e outra pelos representantes dos Estados da Federação e do Distrito Federal.

Muito embora, na atual lei suprema, os municípios tenham sido guindados à condição de entes federativos, sua presença no Senado faz-se através dos Senadores dos Estados, em face da real impossibilidade de serem representados diretamente os qua-

se 5.000 municípios no Congresso Nacional.

No bicameralismo adotado, o Senado Federal legisla, como poder vicário da Câmara, as matérias de interesse do povo e da Nação, visto que a iniciativa, nos termos do artigo 61 da Constituição, é ampla, podendo, inclusive, ser exercida pela população (§ 2º). Cabe-lhe o exame inicial e conformador das leis ordinárias e complementares originadas da Câmara dos Deputados.

Há, entretanto, determinadas matérias em que a competência legislativa é privativa do Senado Federal, pois a interessada direta é a Federação, muito embora indiretamente o processo legislativo, interesse também ao povo e à Nação.

Pode-se dizer, simplificando o conceito de competência legislativa privativa, que o Senado a exerce sempre que o interesse mais evidente seja o da Federação, embora indiretamente se verifiquem também o interesse do povo e da Nação, enquanto que a Câmara dos Deputados pertine deflagrar o processo legislativo sempre que o interesse primeiro seja do povo e da Nação, embora, como consequência, a Federação seja também beneficiada.

Nessa perspectiva, compreende-se porque o constituinte fez da Câmara dos Deputados a casa do povo e do Senado a casa da Federação.

A evidência, há matérias em que a definição do interesse maior é de difícil percepção, razão pela qual algumas delas podem ser vinculadas por lei ordinária. As leis complementares, naquilo que diz respeito às normas gerais, são leis que completam a Constituição, explicitando-a, e, no que concerne à veiculação de normas específicas - o que se dá em casos excepcionais expressamente indicados na Lei Maior, - servem como sinalizadores da relevância da matéria que regram.

Entende-se, pois, a lógica do processo legislativo, que faz menção aos sete veículos normativos consagrados na Carta Magna, expressos no artigo 59, assim enunciados:

"Art. 59 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções.

Parágrafo Único - Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

Feita esta introdução, que se destina a pôr em relevo a razão de ser da competência legislativa privativa do Senado,

Curitiba, segunda, em 24.02.92

compreende-se, por exemplo, o disposto no artigo 155 § 2º incisos 4, 5 e 6, que determina que o nível das alíquotas do ICMS será definido pelo Senado, pois interessa, tal imposição tributária, aos Estados, isto é, a membros da Federação, em primeiro plano. Estão assim redigidos:

"Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir:

§ 2º - O imposto previsto no inciso I, b, atenderá ao seguinte:

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais."

Da mesma forma, a dívida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é matéria que interessa, em primeiro lugar, à Federação, posto que aqueles são membros desta. Houve por bem, portanto, o constituinte, determinar em seu artigo 52 incisos 6 a 9 o seguinte:

"Art. 52 - Compete privativamente ao Senado Federal:

VI - fixar, por proposta ao Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

Como se percebe, toda a matéria que

diga respeito ao endividamento externo e interno dos entes federativos é matéria da exclusiva responsabilidade do Senado. Apenas o Senado pode dela cuidar, detendo privativa competência para estabelecer diretrizes e para consolidar dívidas dos entes federativos. O texto constitucional é claro. Privativo significa exclusivo, sem intervenção da Câmara e sem necessidade de sanção presidencial.

É bem verdade que, para fixar os limites globais para o montante da dívida, a iniciativa tem que ser do Presidente da República, como determina o artigo 52 inciso VI. Após o envio do projeto, entretanto, a competência legislativa passa a ser exclusiva do Senado e ninguém mais.

De observar que a atribuição de iniciativa ao Presidente da República nessas matérias, encontra razão de ser no próprio sistema.

Com efeito, reza o art. 160 da Constituição Federal que:

"Art. 160 - É vedado a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendido adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo Único - Essa vedação não impede a União de condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos". (grifos da autora).

Ora, por tal dispositivo, tem a União o direito de se auto-compensar, com recursos constituídos pelas parcelas de receita da arrecadação do IPI e do IR devidas aos demais entes, se contra eles tiver créditos vencidos, com o que o interesse maior de submeter ao Senado matéria de tal relevância pertine sempre ao Executivo, que, todavia, uma vez deflagrado o processo legislativo, submete-se, sem qualquer interferência, à decisão senatorial.

Pode-se, pois, verificar que, sabiamente, o constituinte ofertou ao Congresso Nacional poder para estabelecer diretrizes e determinar condições a nível do endividamento de Estados e Municípios, criando mecanismo integrado de iniciativa presidencial e decisão exclusiva, privativa, unicameral, do Senado da República.

Em vista disso, padece de manifesta inconstitucionalidade a Lei nº 8.388 de 30 de Dezembro de 1991, que, "ao estabelecer diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", invadiu competência exclusiva do Senado, contrariando de maneira frontal e direta, os dispositivos constitucionais acima transcritos.

Com efeito, como se vê de seu teor, referida lei ordinária - cujo texto o au-

tor pede vênica para deixar de transcrever, mas que segue anexo, fazendo parte integrante desta peça, como se aqui estivesse transcrito - teve origem na Câmara dos Deputados, e não na Presidência, além de dispor sobre reescalonamento e consolidação da dívida das unidades federadas, apesar de a Constituição conferir ao Senado competência exclusiva para cuidar dessa matéria, após iniciativa do Presidente da República.

Nem se alegue que, tendo o Senado Federal, vicariamente, aprovado a rolagem da dívida ao examinar a lei, teria aberto mão de sua competência privativa, restando suprido o vício formal. Tal argumento é falacioso, pois, aceitá-lo como válido, equivaleria a fazer tábula rasa das disposições constitucionais que discriminam competências e das que distinguem entre os vários veículos que compõem o processo legislativo. Leis ordinárias poderiam alterar a própria Constituição, se aprovadas por 3/5 do Congresso, por tal linha de raciocínio.

Ademais, se o § 1º do art. 68 da CF, que reza:

"§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre .....", veda expressamente a delegação de atos de competência exclusiva do Senado, não é admissível que possa o Senado, abrir mão de tal competência.

Aliás, este colendo Tribunal já se manifestara acerca da impossibilidade de suprimento do vício formal por essa forma, quando existe proibição no texto supremo. Veja-se a respeito o Acórdão prolatado pelo Plenário desta Excelsa Corte na Representação nº 1.051-GO ( RTC 103/36), em que destaca o seguinte trecho do voto vencedor do eminente Ministro Moreira Alves:

"É certo que, sob o império da Constituição de 1946, firmou-se no Supremo Tribunal a jurisprudência, consubstanciada na Súmula nº 5 de que "a sanção do projeto supra a falta de iniciativa do Poder Executivo". Se a competência privativa do Chefe do Poder Executivo não fosse observada pelo Poder Legislativo - quer no tocante à iniciativa, quer no que dizia respeito à emenda aditiva - entendia-se que a falha estaria sanada com o assentimento do Executivo mediante a sanção.

Ocorre, porém, que, a partir do AI nº 2 - regra que passou para a Constituição de 1967 (art. 60, parágrafo único) e, para a Emenda constitucional nº 1/69 (art. 57, parágrafo único), - acrescentou-se, em nosso sistema constitucional, a norma de que o Chefe do Poder Executivo tem compe-

tência exclusiva para a iniciativa de certas leis, preceito segundo o qual, no tocante aos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Estado, não são admitidas emendas que aumentem despesas. Criou-se, assim, uma proibição para o Poder Legislativo, que é o destinatário da norma, e proibição essa que não pode, evidentemente, ser afastada pela concordância, "a posteriori", por parte do Poder Executivo, defeso que é a qualquer dos Poderes do Estado levantar proibições, ainda que estabelecidas para a salvaguarda de prerrogativa de um deles. É por isso que, por exemplo, não obstante o Congresso Nacional concordasse, pela unanimidade de seus membros, em emendar a Constituição na vigência de estado de sítio, sob a alegação de que a norma existe em seu favor e, no caso, ele se juntava com a necessária independência para a emenda, ainda assim esta seria irremediavelmente inconstitucional.

Note-se a diferença entre o sistema anterior e o atual. Naquele, a Constituição apenas outorgava competência exclusiva ao Chefe do Poder Executivo para a iniciativa de certas leis, e se o Poder Legislativo interferisse nesse âmbito de atuação do Poder Executivo, entendia-se que este - que era o destinatário da norma - poderia abrir mão de sua prerrogativa, com sua concordância a posteriori. No sistema atual, o destinatário da proibição é o próprio Poder Legislativo, e a vedação da admissibilidade de emenda (o que implica que a emenda não pode ser sequer recebida para discussão) se exaure no âmbito desse Poder Legislativo, sem possibilidade de convalidação do ato pelo Poder Executivo, já que a proibição àquele não é prerrogativa deste, embora a este favoreça.

O parágrafo único do art. 57 da Emenda Constitucional nº 1/69 não se limitou, portanto - como pretende a representada - a melhorar o estilo da norma que, na Constituição de 1946, atribuía competência exclusiva ao Chefe do Poder Executivo para a iniciativa de certas leis, mas alterou, fundamentalmente, o sistema, estabelecendo uma vedação dirigida direta e unicamente ao Poder Legislativo".

A forma veicular é, pois, essencial, e, uma vez desatendida, a consequência inexorável é a inconstitucionalidade.

Como destaca José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Revista dos Tribunais, 5ª ed., pág. 46) ao discorrer acerca da inconstitucionalidade por ação:

"O fundamento dessa inconstitucionalidade está no fato de que o princípio de supremacia da constituição resulta o da compatibilidade vertical das normas da ordenação jurídica de um país, no sentido de que as normas de grau inferior somente va-

lerão se forem compatíveis com as normas de grau superior que, que é a Constituição. As que não forem compatíveis com ela são inválidas, pois a incompatibilidade vertical resolve-se em favor das normas de grau mais elevado, que funcionam como fundamento de validade das inferiores.

Essa incompatibilidade vertical de normas inferiores (leis, decretos, etc.) com a constituição é o que, tecnicamente, se chama inconstitucionalidade das leis ou dos atos do Poder Público, e que se manifesta sob dois aspectos: a) formalmente, quando tais normas são formadas por autoridades incompetentes ou em desacordo com formalidades ou procedimentos estabelecidos pela Constituição; b) materialmente, quando o conteúdo de tais leis ou atos contraria preceito ou princípio da constituição.

Essa incompatibilidade não pode perdurar, porque contrasta com o princípio da coerência e harmonia das normas de ordenamento jurídico, entendido, por isso mesmo, como reunião de normas vinculadas entre si por uma função unitária.

No mesmo sentido, ensina Celso Bastos (Comentários à Constituição do Brasil, Ed. Saraiva, I vol., p. 372), destacando que a inconstitucionalidade formal, que constitui um desvio na elaboração do ato, é sempre total. O referido autor cita, nesse ponto, as lições de Poletti, para quem o controle formal é estritamente jurídico, estritamente técnico, não versando sobre o conteúdo ou substância da lei em exame, mas sim a sua conformidade com a Constituição, do ponto de vista de observância das formas estatuídas.

Se, do ponto de vista jurídico, a lei padece do insanável vício de inconstitucionalidade formal, do ponto de vista político tal diploma veio prejudicar os Estados bem geridos, que se encontravam em dia com o Governo Federal, e beneficiar os Estados e Municípios devedores, à custa do cidadão, inclusive dos aposentados, na medida em que a rolagem da dívida beneficiou, também, a administração indireta em débito com a Previdência Social. De ressaltar que, no tocante à administração direta, medida equivalente já fora aprovada pelo art. 58 da Lei 8.212/91, ao arripio do art. 37 da CF, de forma que a presente lei 8.388/91, veio completar o pacote de medidas inconstitucionais e aéticas, que, no dizer de Walter Ceneviva (artigo publicado na "Folha de São Paulo", de 24/01/92) vieram beneficiar o "Poder Caloteiro".

Quanto a este ponto, aliás, verificase uma outra inconstitucionalidade - desta feita, material - a macular o diploma aqui impugnado.

É que a Lei nº 8.388/91, na parte em que está voltada a garantir o refinancia-



mento das dívidas das entidades da administração indireta - aí incluídas as empresas públicas e outras entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público que exploram atividades econômicas - contraria frontalmente o art. 173 da Constituição Federal.

Com efeito, essa norma, ao dispor:

"Art. 173 - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

§ 2º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 3º - A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

§ 4º - A lei reprimirá o abuso do poder econômico que visa à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5º - A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-se às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular",

proíbe a concessão de tratamento privilegiado a tais entidades, com o fito de garantir isonomia com as empresas que exploram atividades econômicas no campo privado.

Ora, a Lei nº 8.388/91 veio precisamente conferir às empresas públicas, inclusive as que exploram atividades econômicas, inquestionáveis privilégios no tocante a pagamento de débitos, inclusive de natureza tributária, privilégios esses não reconhecidos ao setor privado, o que implica, "ipso facto", o ferimento dos princípios da igualdade, consagrado no art. 5º da Constituição Federal, da impessoalidade, da legalidade e da moralidade que, nos termos do art. 37 da Lei Maior, devem nortear a conduta da Administração Pública, da livre concorrência, inserto no art. 170 IV, além do supra referido art. 173.

#### O PEDIDO

Por todas essas razões, é a presente ação direta de inconstitucionalidade para requerer ao Colendo Supremo Tribunal Federal, seja proclamado a inconstitucionalidade da lei, em sua integralidade, por violação aos seguintes dispositivos constitucionais: arts. 52 incisos VI a IX, 170 IV, 173, 5 e 37.

Requer, finalmente, a oitiva do Procurador-Geral da União, obedecendo ao procedimento previsto no § 1º e 2º do art. 103 da Lei Maior e as normas regimentais do Supremo Tribunal Federal.

Dá à presente, o valor de Cr\$

Termos em que pede  
DEFERIMENTO

São Paulo, 12 de fevereiro de 1992.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS  
OAB/SP 11.178  
ROBERTO ROSAS  
OAB/DF 848

#### Ato da Comissão de Processo Administrativo

##### EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETÓLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETÓLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE  
Presidente da Comissão